



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada nos serviços de lavanderia para lavar, passar, dobrar e armazenar em embalagens apropriadas os seguintes itens.

- toalha de rosto, na cor branca, em tecido 100% algodão ou fio egípcio;
- toalha de mesa, em cores lisas ou estampadas, em tecido mescla de algodão e poliéster;
- colete, na cor azul, em tecido 100% poliéster, forrado, com bordado e serigrafia;
- capa para encosto de cadeira, em tecido de "brim gabardine", na cor azul, com serigrafia; e
- toga, na cor preta, em tecido de microfibra ou Oxford, forrada.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

O uso rotineiro das toalhas de mesa e de rosto*, dos coletes, das capas de encosto de cadeiras e das togas sujeita as referidas peças a diversos tipos de sujidades, o que demanda a contratação de serviços especializados de lavagem, com fins não apenas de higienização, mas também de conservação e prolongamento da vida útil dessas peças. A lavagem especializada contribui para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e juízes deste Regional, eis que propicia o uso higiênico das peças, evitando-se a transmissão de doenças, além, ainda, de prevenir o descarte precoce das peças por motivos de manchas de sujeiras, de bolor etc., resultando em economicidade para a Administração.

* O uso de toalhas de rosto foi abolido no TRESC no período da pandemia.

2.2. Objetivos e Benefícios

A adequada lavagem e demais cuidados das peças com vistas ao seu uso higiênico e a prevenção ao descarte precoce por motivos de manchas de sujeiras, de bolor etc., resultando em economicidade para a Administração.

2.3. Alinhamento Estratégico

A pretendida contratação resulta em melhores condições de trabalho para os servidores e usuários da Justiça Eleitoral, em apoio às atividades das unidades do Órgão. Dessa forma, não existe possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRESC.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Documento juntado ao PAE n. 23.170/2021

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A demanda prevista foi definida levando-se em conta o controle histórico da Seção de Apoio Administrativo (SADM). As quantidades a seguir informadas representam uma média mensal*. No entanto, a periodicidade da lavagem dos coletes, das capas e das togas é variável, não ocorre todos os meses eis que a necessidade está relacionada a eventos da Justiça Eleitoral (coletes e capas) e à solicitação da Coordenadoria de Apoio ao Pleno (togas).

- a) toalha de rosto: 20 (vinte) quilogramas;**
- b) toalha de mesa: 10 (dez) quilogramas;
- c) colete: 02 (dois) quilogramas;
- d) capa para encosto de cadeira: 02 (dois) quilogramas; e
- e) toga (lavagem a seco): 02 (dois) quilogramas.

* Em decorrência da pandemia da COVID – 19, nos anos de 2020 e 2021, o quantitativo de peças lavadas foi inferior ao habitualmente verificado, tendo em vista o período de *home office* de grande parte de servidores e juízes.

** Em decorrência da pandemia da COVID – 19, O uso de toalhas de rosto foi abolido no TRESA por tempo indeterminado. Eventualmente, encaminha-se tais peças para lavagem de rotina (para eliminar odores e retirar o amarelo das peças).

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada nos serviços de lavanderia para lavar, passar, dobrar e armazenar em embalagens apropriadas as toalhas de mesa e de rosto, coletes e capas de encosto de cadeiras deste Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como lavar a seco, passar e embalar as togas usadas pelos juízes do Pleno do TRESA.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a inexpressividade dos valores dos itens verificada na planilha de custos, que tem por base a baixa demanda pelos serviços, conforme registrada no histórico de contratações deste Tribunal, o parcelamento do objeto revela-se economicamente inviável.

A opção pela adjudicação global do objeto é benéfica tendo em vista a ampliação da participação de maior número de empresas no certame. Ainda, revela-se apropriada dada a possibilidade de melhor gestão e fiscalização dos serviços concentrados num único contrato.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o fornecedor que apresentar a proposta de menor preço e os documentos de habilitação em conformidade.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser apresentado:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Considerando que se trata de bem comum, a contratação deverá ocorrer mediante realização de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

A Contratação deve observar a política de sustentabilidade ambiental no que tange, entre outros aspectos, à economicidade no consumo de água e energia elétrica e ao uso apropriado de produtos para lavar, passar e embalar, conforme item 2.13.

2.13. Conformidade Técnica

Com relação à utilização de materiais e de equipamentos, requer que sejam observadas as classificações e especificações determinadas pela ANVISA, bem como as normativas pertinentes. Sem prejuízo de outras normas, consigna-se abaixo as normativas que devem obrigatoriamente ser observadas.

- Resolução CONAMA n. 359/2005 – Dispõe sobre a regulamentação do teor de fósforo em detergentes em pó para uso em todo o território nacional e dá outras providências.
- Resolução CONAMA 267/2000 - Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.

2.14. Obrigações da Proponente

Faculta-se à proponente a realização de visita técnica para vistoria das peças. No entanto, consigna-se que se tratam de peças industrializadas, confeccionadas em materiais típicos como algodão, poliéster, brim (toalhas de mesa, coletes, capas de encosto de cadeira), fio egípcio (toalhas de rosto) e microfibra de seda (togas).

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1 efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

2.15.2 promover, através de seu representante, o Chefe da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. Coletar as peças sempre às terças-feiras e quintas-feiras (ou, em caso de feriado, no primeiro dia útil posterior), no subsolo II, do prédio sede do TRESC, na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis;
- 2.16.2. Devolver as toalhas de rosto e de mesa lavadas, passadas, dobradas e embaladas em até, no máximo, 48 horas após o recolhimento;
- 2.16.3. Devolver os coletes, as capas de cadeiras e as togas, passadas, dobradas e embaladas em até, no máximo, 72 horas após o recolhimento;
- 2.16.4. proceder à contagem unitária das peças, ao registro do volume (peso), bem como apresentar ao TRESC formulário específico de controle das peças lavadas, que deverá ser assinado por representante da Seção de Apoio Administrativo (SADM);
- 2.16.5. lavar todas as peças de acordo com as normas de limpeza e esterilização exigidas pelo fabricante;
- 2.16.6. passar e dobrar todas as peças;
- 2.16.7. lavar a seco, passar e embalar (sem dobrar ou amassar) as togas de uso dos membros do Pleno do TRESC;
- 2.16.8. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de coleta e entrega das peças;
- 2.16.9. refazer o serviço de lavagem sempre que este não atingir o nível mínimo de qualidade exigida, sem que isso gere qualquer custo adicional para este Tribunal.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

A empresa contratada deverá proceder à lavagem das peças em conformidade com os padrões de higiene e esterilização, observando às normas do fabricante quanto às especificidades de lavagem de cada tipo de peça (conforme item 2.7), para fins de melhor conservação dos itens.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

3786

3.1.3. Vigência

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 28 de julho de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O gestor do contrato será o titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que zelará pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelo gestor do contrato. Caso seja constatada falha na execução, o gestor comunicará o fato à empresa, via e-mail, para fins de solução dos problemas. Se após notificação, a empresa não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, o gestor do contrato autuará Procedimento Administrativo Eletrônico (PAE) de Ocorrência Contratual, para as providências da Secretaria de Administração e Orçamento.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- as toalhas de rosto e de mesa deverão ser recolhidas para lavação duas vezes por semana (às terças e quintas-feiras) e deverão ser entregues em até, no máximo, 48 horas após o recolhimento.
- os coletes e as capas de cadeira e as togas deverão ser lavados sempre que o contratante verificar a necessidade. A coleta desses itens ocorrerá às terças-feiras ou quintas-feiras. O prazo para devolução será de, no máximo, 72 horas após o recolhimento.

Quando os dias de recolhimento ou devolução coincidirem com feriados, a respectiva providência deverá ser adotada no primeiro dia útil subsequente.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor do contrato, ou seu substituto, zelará pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficar impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “f” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do(s) item(ns) em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

1.11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.